



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Cultura: Conceito Sempre em Desenvolvimento

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C968	Cultura [recurso eletrônico] : conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. 217 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-437-5 DOI 10.22533/at.ed.375190406 1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 353.70981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro pretende introduzir o leitor ao conceito antropológico de cultura e seu constante desenvolvimento. Tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos, o assunto tem se demonstrado inesgotável, motivo pelo qual aqueles que tiverem o desejo de se aprofundar recorrem à bibliografia apresentada no final do volume. Destinado essencialmente a um público que se inicia no tema. A nossa intenção foi a de elaborar um livro texto bem didático e, portanto, bastante claro e simples. Os autores procuraram, na medida do possível, utilizar exemplos referentes à nossa sociedade, à escola, instituições que compartilham conosco um mesmo território. Isto não impede, contudo, a utilização de exemplos torna dos emprestados de autores que trabalharam em outras partes do mundo. Tal procedimento é coerente, desde que o desenvolvimento do conceito de cultura é de extrema utilidade para a compreensão do paradoxo da enorme diversidade cultural da espécie humana. Para tornar a bibliografia citada mais acessível aos leitores, O livro se refere ao desenvolvimento do conceito de cultura a partir das manifestações iluministas até os autores modernos, procura demonstrar como a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade, apesar de sua com provada unida de biológica.

Esta reflexão trata da relação cultura, desenvolvimento local e políticas culturais enfatizando os instrumentos normativos de direcionamentos, constituição e orientação de políticas públicas relevantes a apresentação dos elementos culturais, materiais e imateriais, relacionados aos empreendimentos, associações, entidades e pessoas interessadas na melhoria da qualidade de vida por meio de processos populares de geração de renda.

A cultura traz um conjunto de possibilidades harmônicas ao desenvolvimento entre perspectiva do econômico, social e ambiental. Reverbera ressignificações simbólicas, não sem tensão, sobre identidade, valorização do lugar e das coisas do lugar, das concepções de tradicional e moderno, de futuro e passado, de avanço ou retrocesso, de progresso e atraso e de alteridades que aparecem na constituição do imaginário social.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA, CONCEITO EM DESENVOLVIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DISCENTE.	
Solange Aparecida De Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro João Guilherme De Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.3751904061	
CAPÍTULO 2	16
POLITICS (AND POLICIES) OF HISTORICAL MEMORY AND VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS: GENDER AND ETHNICITY INTERSECTIONS	
Ricardo Sant' Ana Felix dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3751904062	
CAPÍTULO 3	29
A CULTURA COMO CAMPO POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL	
Renner Coelho Messias Alves Ingrid Mendes Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.3751904063	
CAPÍTULO 4	42
AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A LEI Nº 10.639/03 NAS QUESTÕES DE ENSINO- APRENDIZAGEM: HISTÓRIA, CULTURA, IDENTIDADE NEGRA E AS COMPETÊNCIAS PARA UM ENSINO MULTICULTURAL	
Francisco Anderson Varela Bezerra Kássia Mota de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.3751904064	
CAPÍTULO 5	51
REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE ALFREDO BOULOS JÚNIOR COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 (2003-2012)	
Vanessa Santos Fontequé Jamaira Jurich Pillati Juliana Ferri Rosa Shizue Abe Sidney Lopes Sanchez Júnior Patrícia Ferreira Concato de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3751904065	
CAPÍTULO 6	63
O “BICHO-MÃE” NO CIBERESPAÇO: GÊNERO E MATERNIDADE NO BLOG MAMÍFERAS	
Clarissa Sousa de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3751904066	
CAPÍTULO 7	75
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO	
Caroline Silveira Sarmento	
DOI 10.22533/at.ed.3751904067	

CAPÍTULO 8	87
MEMÓRIAS, MULHERES E PODER NA PRESIDÊNCIA DAS COLÔNIAS DE PESCADORES/AS EM PERNAMBUCO	
Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão	
DOI 10.22533/at.ed.3751904068	
CAPÍTULO 9	99
IMAGENS DO FORRÓ PÉ DE SERRA NO SUDESTE COMO REPRESENTAÇÃO SOBRE A CULTURA NORDESTINA	
Renner Coelho Messias Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3751904069	
CAPÍTULO 10	117
SECA E DEVOÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO BOM JESUS EM CARIUTABA NO MUNICÍPIO DE FARIAS BRITO – CE	
Emanuel Mateus da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.37519040610	
CAPÍTULO 11	124
MITOS E RITOS DOS MUNDOS ÁRABES E INDÍGENAS: A DANÇA COMO UM OÁSIS DE REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	
Luiza Angélica Oliveira Guglielmini	
Romy Guimarães Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.37519040611	
CAPÍTULO 12	140
A MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NA TRILOGIA DO SILÊNCIO DE INGMAR BERGMAN A INFLUÊNCIA DO EXISTENCIALISMO MODERNO NO CINEMA EUROPEU	
Yasmin de Sousa Fontes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040612	
CAPÍTULO 13	151
MOBILIDADE URBANA PELOS MEIOS DE TRANSPORTE ALTERNATIVOS	
Mariana Rei Passos Campos	
DOI 10.22533/at.ed.37519040613	
CAPÍTULO 14	161
CONSUMO NA MEIA IDADE	
Kátia Sayuri Maruyama	
DOI 10.22533/at.ed.37519040614	
SOBRE A ORGANIZADORA	172

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA, MATERNIDADE E TECNOLOGIAS DE GOVERNO: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO

Caroline Silveira Sarmiento

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - Rio Grande do Sul

RESUMO: A pesquisa tem como tema as particularidades das mulheres em situação de rua e os modos como o Estado gere essa população. O trabalho de campo iniciou em 2015 em projeto de extensão e desde então vem sendo realizada etnografia no Jornal Boca de Rua – publicação com mais de 18 anos de atuação que é elaborada por pessoas em situação de rua. Inicialmente, ao perceber nas narrativas das mulheres do Jornal dificuldades de acesso a anticoncepcionais e ao atendimento de saúde, foi realizado um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua nas áreas de saúde e assistência social e concluiu-se que, à exceção do pré-natal, não existiam políticas para este público. Após isso foram realizadas entrevistas com mulheres em situação de rua e se percebeu a centralidade da maternidade em suas trajetórias, bem como o fato de que a maioria delas havia passado pela experiência de retirada dos filhos logo após o nascimento da criança. Nesse sentido, a presente pesquisa – que se constitui como projeto de dissertação de mestrado em andamento – tem como objetivo compreender os modos de intervenção do Estado no que se

refere à maternidade de mulheres em situação de rua, considerando o que é produzido a partir da retirada dos filhos, quais são seus efeitos e como ela ocorre.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias de governo; Mulheres em situação de rua; Maternidade;

HOMELESS WOMEN, MATERNITY AND GOVERNMENT TECHNOLOGIES: AN ANTHROPOLOGICAL STUDY

ABSTRACT: Homeless women and state management: an anthropological study This research focuses on the particularities of homeless women and the ways in which the state manages this population. The field work began in 2015 in a extension project and since then ethnography has been carried out in the Boca de Rua Newspaper - a publication with more than 18 years of performance that is elaborated by homeless people. Initially, when perceiving in the narratives of the women of the Journal difficulties of access to contraceptives and to health care, a mapping of public policies for homeless women in the areas of health and social assistance was carried out and it was concluded that, except for prenatal care, there were no policies for this audience. After this interviews were carried out with homeless women and the centrality of the maternity in their

trajectories was perceived, as well as the fact that most of them had experienced the withdrawal of their children soon after the birth of the child. In this sense, this research - that constitutes a master's thesis project in progress - aims to understand the State's means of intervention with regard to maternity homeless women, considering what is produced from withdrawal of children, what their effects are and how it occurs.

KEYWORDS: Government technologies; Homeless women; Maternity;

1 | INTRODUÇÃO

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba.

Nos últimos anos as especificidades e dinâmicas das pessoas em situação de rua têm despertado maior interesse nos pesquisadores, seja no âmbito acadêmico ou nos governos, especialmente locais. As pesquisas de cunho quali-quantitativo na cidade de Porto Alegre/RS, por exemplo, têm demandando esforço por parte da prefeitura em contratar consultoria especializada para efetivá-las, particularmente nas duas últimas décadas. Muitas das vezes os consultores selecionados para este trabalho são também aqueles profissionais, antropólogos e sociólogos, que se dedicam ao tema da população de rua em suas pesquisas acadêmicas, como é o caso de Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen, que coordenaram as três últimas pesquisas dessa natureza. A última pesquisa realizada em 2016 “Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre”, encontrou 2115 (duas mil cento e quinze) pessoas vivendo nas ruas da capital gaúcha.

Em que pese a visibilidade produzida por pesquisas como essa, a população de rua enfrenta dificuldades cotidianas e torna públicas suas denúncias de constantes violações de direitos. Uma das principais demandas é a implementação da Política Nacional para a População de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 2009, assinado pelo Presidente Lula que tem como princípios, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009). São diretrizes dessa Política:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos (BRASIL, 2009).

A partir da inserção no Projeto de Extensão da Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) intitulado “Direitos Humanos, Moralidades e Subjetividades nos Circuitos de Atenção às Pessoas em Situação de Rua”, coordenado pela professora Patrice Schuch, no ano de 2015, tive um contato mais aproximado com pessoas em situação de rua. E foi esse contato que originou a intenção de desenvolver pesquisa a partir dessa temática, como alguns trabalhos anteriores, a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais em 2017/2 e a dissertação de mestrado que começo a construir neste primeiro semestre de 2018. Dessa forma, pretendo no presente artigo - que se constitui em uma versão atualizada de texto originalmente apresentado no 18º Congresso Mundial da IUAES (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences) realizado em Florianópolis/SC em julho de 2018 - apresentar um pouco da trajetória do que se constitui meu atual projeto de pesquisa, os caminhos percorridos até esse momento, bem como refletir sobre os objetivos inicialmente traçados para a dissertação e, ao mesmo tempo, expor resultados preliminares a partir do trabalho de campo.

O Projeto de Extensão citado no parágrafo anterior tinha como objetivo geral estabelecer um programa de colaboração e de efetivação de ações com os agentes, coletivos e órgãos de intervenção envolvidos na implantação das políticas e promoção dos direitos humanos para as pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS. A atuação por parte dos bolsistas - Bruno Fernandes e eu - ocorria regularmente em três espaços: Jornal Boca de Rua, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) e Escola Porto Alegre (EPA). O Jornal Boca de Rua é um dos projetos da ONG Alice – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação -, que consiste em uma publicação desenvolvida e vendida por pessoas em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Em atividade desde o ano 2000, seus textos, entrevistas, fotos e

ilustrações são elaborados pelos componentes do Jornal e o dinheiro arrecadado em sua comercialização é revertido integralmente para as pessoas em situação de rua, constituindo uma fonte alternativa de renda.

O trabalho no Projeto de Extensão nos permitia acompanhar e realizar atividades que repercutiam na formação de um conjunto de ideias em torno dos direitos das pessoas em situação de rua, a partir das próprias experiências dos envolvidos. O local em que atuei de modo mais frequente foi o Jornal Boca de Rua, que é também o espaço de campo de pesquisa, onde venho participando desde maio de 2015. É da capa de sua edição nº 59 a frase da epígrafe deste texto. A matéria - que abordarei com mais detalhes na próxima seção - intitulada “Donas sem Casa” foi lançada em abril de 2016 e é considerada histórica para o Jornal, pois pela primeira vez em 15 anos de existência à época, o Boca de Rua se dedicou a uma reportagem especial sobre mulheres. Tive a oportunidade de participar ativamente da construção desta matéria, para a qual as mulheres em situação de rua compartilharam suas vivências a partir de relatos pungentes e verdadeiramente tocantes.

Tendo em vista as considerações iniciais desta introdução, o presente artigo conta com três seções subsequentes: na primeira será descrito o campo de pesquisa, a segunda se dedicará ao caso de Adriana e a terceira refletirá breves resultados e desafios da própria pesquisa - que está em andamento.

2 | INSERÇÃO EM CAMPO E AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Desde o ingresso no Projeto de Extensão e no próprio Boca de Rua, meu objetivo era criar uma aproximação com as mulheres em situação de rua na tentativa de compreender suas especificidades e dialogar sobre as questões que atingem em particular o gênero feminino. Por essa razão, logo no início, a coordenadora do Projeto sugeriu que eu realizasse um mapeamento das políticas públicas para as mulheres em situação de rua. A investigação acerca das políticas públicas realizou-se em um primeiro momento buscando informações nos sites institucionais da saúde e assistência do município. Não encontrando nenhum dado relevante, entrevistei o responsável pelo Consultório na Rua - serviço que visa a ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde -, que afirmou não existirem políticas públicas de saúde específicas para as mulheres em situação de rua à exceção do pré-natal. No entanto, informou que às mulheres era ofertado atendimento quando precisassem e que elas poderiam retirar pílula anticoncepcional e preservativo diretamente no posto. Em conversa informal com o presidente da FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania, órgão gestor da Política de Assistência Social de Porto Alegre - à época, Marcelo Soares, foi confirmada a inexistência de políticas de assistência específicas para as mulheres em situação de rua. Ainda no intuito de mapear as políticas, fiz visitas aos equipamentos de acolhimento, próprios e conveniados com a FASC, albergues, abrigos e Centros Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua). Nesses

espaços foi possível verificar a inexistência de políticas específicas para as mulheres ao mesmo tempo em que elas têm prioridade na entrada nos locais, assim como idosos, pessoas transexuais e pessoas com deficiência. Algumas das informações obtidas nesse mapeamento puderam ser discutidas com as próprias mulheres em situação de rua na construção da já mencionada edição nº 59 do Jornal Boca de Rua, cujo processo de criação descrevo na sequência.

Em dezembro de 2015 o Projeto de Extensão foi encerrado, todavia, permaneci no Boca de Rua. No começo do ano de 2016 a jornalista e editora-chefe do Jornal, Rosina Duarte, sugeriu como pauta a realização de uma matéria especial sobre as mulheres. A ideia era inédita: a publicação já tinha mais de 15 anos de existência e aquela era a primeira vez que surgia a proposta de uma reportagem sobre as mulheres em situação de rua, em específico. A sugestão foi aceita pelo grupo e iniciamos sua produção. Diferente do que acontecia nas edições anteriores – a divisão dos grupos para realizar as matérias (cada edição do Jornal possui cerca de três grandes matérias mais as notícias, notas, etc.) se dava de acordo com o interesse de cada integrante –, dessa vez todas as mulheres do Jornal ficaram no grupo que faria a matéria especial. Participei deste grupo como responsável pela escrita do texto e por propor, junto com a editora-chefe, as questões levantadas para o debate. Éramos cerca de quinze mulheres envolvidas em um trabalho de mais de dois meses de discussão e construção da matéria. Debates as dificuldades de ser mulher e viver na rua, as motivações que as levaram para a rua, as estratégias de sobrevivência e segurança e muitos outros temas.

A construção desta matéria suscitou diversas denúncias por parte das mulheres, desde a dificuldade de acessar equipamentos por falta de vagas, passando pelo precário atendimento dos profissionais desses espaços, até a impossibilidade de retirar anticoncepcionais orais – facilmente acessíveis nos postos para mulheres em geral – e preservativos femininos no Consultório na Rua, ao mesmo tempo em que os masculinos eram facilmente distribuídos. Essas narrativas colocavam em contradição o que havia sido informado pelo Consultório na Rua em entrevista anteriormente citada e demonstravam a impossibilidade de autonomia da mulher no que se refere à proteção e anticoncepção.

Ainda para a matéria, muitas mulheres relataram casos de violência física e sexual, tanto advindas da situação de rua, quanto do convívio familiar enquanto viviam em residências. Quando questionadas, quase todas declararam terem sido vítimas de estupro, seja na infância, adolescência ou idade adulta, e algumas afirmaram que esse tipo de violência ocorre com frequência no cotidiano de quem faz da rua o seu espaço privado. Os homens apontados como autores da violência sexual ocupavam lugares distintos na relação com elas: pais, padrastos, policiais, moradores de rua e desconhecidos. Tal narrativa pode ser observada na epígrafe deste artigo, retirada da capa da edição 59 do Boca de Rua, que reproduzo aqui:

Na rua, nenhuma mulher dorme sozinha porque corre risco de ser agarrada a força. Na rua, quase todas foram estupradas na infância ou na adolescência. Na rua, o abuso pode vir de qualquer lado: da polícia, dos monitores dos albergues, dos homens que passam a pé ou de carro ou mesmo dos vizinhos da aba (JORNAL BOCA DE RUA, 2016, capa).

Além dos relatos de violências, outra denúncia gerada a partir da construção da matéria foi quase unânime - entre as mulheres que já haviam sido mães: a impossibilidade de ficar com seus filhos após o parto. Possivelmente estivesse aí a importância do pré-natal como única política de saúde para as mulheres, informação fornecida pelo responsável do Consultório na Rua na entrevista já citada.

Retirar um filho dos seus pais, ou ameaçar fazê-lo, é a arma absoluta nas mãos do Estado e das sociedades de beneficência para impor as suas regras. A norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 109).

Considerando a retirada dos filhos como essa arma na mão dos agentes estatais, é possível inferir que as mulheres em situação de rua são percebidas e “cuidadas” pelo Estado somente quando do pré-natal, momento em que carregam outra vida consigo, uma vida merecedora de atenção.

Em uma terça-feira, dia da reunião semanal do Boca de Rua, enquanto realizávamos a matéria das mulheres, nos chegou o relato da internação compulsória de Rita, mulher em situação de rua integrante do Jornal, que havia ocorrido alguns dias antes. Reproduzo abaixo trecho de diário de campo, baseado na fala emocionada de Ronaldo, integrante do Boca de Rua e amigo de Rita (importante mencionar que, com exceção de Rita, todos os nomes das pessoas em situação de rua citadas neste artigo foram trocados, na tentativa de garantir a proteção de suas identidades):

A gente ficou na frente da polícia pra eles não pegarem ela. Eles empurravam e a gente empurrava de volta, pra não deixar eles pegarem ela. Aí chegou mais uma viatura, os cara pediram reforço. A gente começou a tocar coisa neles e eles vieram pra cima. Chegou mais polícia e a gente não conseguiu impedir. Fizemos um tumulto, mas no final eles levaram ela embora (SARMENTO, 2018).

Rita estava no final de uma gestação quando iniciamos a matéria. Realizava o pré-natal e já tinha a data do parto agendada quando ocorreu a internação. Uma ambulância e várias viaturas da brigada militar chegaram ao local onde ela estava - Centro Pop - e tentaram retirá-la à força. Mas não sem a resistência de seus amigos. O embate e as agressões físicas entre os agentes do Estado e os amigos de Rita dificultaram a ação violenta para internação forçada, mas não foram suficientes para impedi-la. A justificativa da internação era o uso de drogas excessivo durante a gestação e Rita ficou internada por duas semanas, até que o parto foi realizado.

O bebê nasceu no começo de março de 2016 e, ainda no hospital, foi tutelado a um familiar de Rita. Nove meses depois Rita faleceu. Ouvei várias vezes de seus amigos não só que o Estado a havia matado, mas ainda, que ela começou a morrer quando tiraram seu filho recém-nascido de seus braços.

3 | NARRATIVAS DIVERSAS E O CASO DE ADRIANA

Vários foram os relatos apresentados para a matéria nº 59 do Boca de Rua no que se refere a retirada dos filhos ainda no hospital, alguns sem fornecer qualquer informação ou satisfação às mães – que ficaram sem saber o paradeiro da criança. Outras narrativas apontam também casos em que ocorreram audiências enquanto elas ainda estavam hospitalizadas e os bebês foram tutelados a terceiros, como aconteceu com Rita.

No contexto da elaboração da matéria nº 59, Silmara, mulher que vivia em situação de rua, fez um relato de experiência passada alguns meses antes: estava gestante de cinco meses e realizando pré-natal quando sentiu fortes dores que resultaram em um aborto. Ela afirmou que junto da criança estava um DIU (dispositivo intrauterino) que ela não sabia da existência e que foi o causador do aborto. Ela suspeitava que o DIU provavelmente havia sido colocado no seu último parto, doze anos antes, quando era menor de idade com a permissão de sua mãe. Sabrina, componente do Boca de Rua, também relatou suspeitar de alguma intervenção realizada em seu corpo sem consentimento quando no nascimento de seu único filho, ocorrido há mais de 10 anos, pois até então ela tinha relações sexuais sem qualquer proteção e não engravidara.

As experiências destas mulheres me levaram a pensar sobre a importância do pré-natal como única política para as mulheres. Afinal, ao mesmo tempo em que a proteção à gestação (à criança mais precisamente) é efetuada, o direito à maternidade é violado, quando a mãe não pode sair do hospital com seu filho. A partir das narrativas das mulheres que compuseram a matéria especial do Boca de Rua e o mapeamento das políticas públicas, elaborei um pôster que foi apresentado na 30ª RBA, Reunião Brasileira de Antropologia, em agosto de 2016. O processo de escrita do texto de apoio que elaborei para a apresentação do pôster e os diálogos a partir da própria apresentação da pesquisa no evento suscitaram de modo muito contundente a relevância da retirada dos filhos das mulheres. Nesse processo, percebi a centralidade da violação do direito à maternidade enquanto tema de um possível projeto de pesquisa.

Com base no exposto, ingressei no Mestrado em Antropologia Social com o objetivo desenvolver uma dissertação tendo como objeto principal de análise a retirada dos filhos como parte das tecnologias de gestão aplicadas às mulheres em situação de rua, considerando o que é produzido a partir dessa retirada, quais são os seus efeitos e como ela acontece. Desse modo, tenho acompanhado algumas mulheres que perderam a guarda de seus filhos e busco acompanhar também os circuitos pelos quais elas passaram nesse processo. Como é o caso de Adriana, ocorrido recentemente, que descrevo na sequência para ajudar a refletir sobre os modos de atuação do Estado no que se refere a maternidade de mulheres com histórico de rua.

Acompanhei de perto a gestação de Adriana, repórter do Jornal Boca de Rua, que engravidou em meados de 2018. Adriana, mulher negra de 28 anos, descobriu estar grávida ainda no começo da gestação. Há pouco havia rompido o namoro com

o genitor do bebê, que retornou para casa em outro estado do país e ela decidiu não procurar para relatar a gravidez. Iniciou o pré-natal e levava sempre consigo uma pasta cartolina de plástico verde onde guardava organizadamente sua carteirinha do posto (com as marcações de consultas), exames, encaminhamentos e toda série de documentos sobre sua gestação. Fazia questão de atualizar os colegas do Boca de Rua semanalmente em nossas reuniões de pauta sobre o andamento do pré-natal e sobre como estava o bebê. A percepção que tínhamos, enquanto seus colegas, de que ela realizava corretamente e com dedicação o pré-natal, foi confirmada após o nascimento do bebê pela assistente social do hospital que relatou “A Adriana fez direitinho o pré-natal, fez 7 consultas, nunca faltou. Fez muito melhor que muitas mães que chegam até nós sem o histórico de rua” (DIÁRIO DE CAMPO, 18/01/2018).

Adriana havia saído da casa onde cresceu na cidade de Viamão, na grande Porto Alegre, por desentendimentos com os irmãos. Segundo sua narrativa, ela havia sido adotada não legalmente e quando os pais faleceram, os irmãos passaram a tratá-la muito mal, afirmando que ela não tinha o direito de permanecer na residência, única herança deixada aos filhos. Cansada das brigas, ela deixou a casa e sua filha ainda pequena para viver nas ruas, há cerca de 8 anos. Sua irmã mais velha ficou responsável pela criação de Antonella e algum tempo depois recebeu a guarda judicialmente, em comum acordo com Adriana, que visitava a família com certa frequência. A relação com a família havia se tornado menos problemática devido à distância, o que permitia que vez ou outra Adriana passasse temporadas em casa.

Ao descobrir a gestação, no outono de 2018, Adriana cessou o uso de crack, prática que fazia sistematicamente até então. Prosseguiu, segundo ela, apenas com o cigarro. Na primeira consulta de pré-natal a informação do uso pregresso de crack foi inserida em sua ficha pelo médico que a atendeu. Ainda que ela tenha realizado todos os exames, consultas e procedimentos corretamente, foi o histórico de uso de crack marcado em sua ficha médica que, segundo Adriana, provocou a tentativa de retirada de seu bebê. Conhecendo dezenas de mulheres em situação de rua cujos bebês haviam sido retirados ainda no hospital, cerca de 4 meses antes do parto, Adriana retornou para casa. Com apoio da irmã, do irmão e das sobrinhas já adultas, se instalou novamente na casa na qual crescera e iniciou o enxoval do bebê, que àquela altura já sabia se tratar de uma menina, Antônia. A expectativa era de que, não estando mais na rua - e também não fazendo uso de crack -, não haveria motivos para perder a guarda da filha.

Nos primeiros dias de janeiro de 2019, Adriana me chamou no bate-papo de uma rede social avisando que Antônia havia nascido 3 dias antes e que estava com dificuldade de tirá-la do hospital, que é público. Já tendo recebido alta, Adriana iria visitar a bebê no dia seguinte e pediu que eu fosse junto pois precisava desabafar (palavras dela). Nos encontramos às 14h de uma sexta-feira e Adriana relatou que psicóloga e assistente social do hospital estavam em vias de marcar audiência com juiz para decidir se ela poderia ou não levar a bebê para casa. Questionei o motivo,

visto que ela havia realizado pré-natal e saído das ruas, e foi nesse momento que eu soube que foi em função de seu histórico de crack constar na ficha médica. Quando ela deu entrada no hospital para o parto, os agentes da saúde acessaram sua ficha, com informações não apenas médicas, mas também da assistência social, pela rede municipal que existe entre instituições que trabalham com população de rua.

Em conversa com a assistente social questionei o motivo de acionar o sistema judiciário e ela afirmou que foi o fato de Adriana ter feito uso de crack durante quase toda a gestação, ao que respondi:

- Mas ela disse que quando soube da gravidez parou com o uso
- Eu não acredito que ela tenha parado todos esses meses

A questão que fica a partir de tal afirmação é: com base em que a assistente social não acreditou em Adriana? E mais, como é possível, aceitável e legitimado “não acreditar” na afirmação de uma mulher porque essa mulher é pobre, negra, morou na rua e fez uso de substâncias psicoativas? Considerando a dimensão moral presente na forma como o hospital, representado pela assistente social, avalia o caso, é possível perceber a economia moral que atua aqui, sendo que “as economias morais representam a produção, a circulação e a apropriação de valores e afetos em relação a uma dada questão social” (FASSIN, 2013, p. 9, tradução nossa). Ao colocar em suspeição a palavra de Adriana, a assistente social aciona uma rede de outros agentes do estado (equipe da assistência social do município, conselho tutelar, judiciário), os quais irão intervir direta ou indiretamente na decisão da guarda da criança. Tal decisão dificilmente ocorre em hospitais privados, quando mulheres de famílias abastadas - que são ouvidas e acreditadas - têm seus filhos.

é em suas margens, composta ao mesmo tempo em termos de populações, territórios e políticas, que o estado contemporâneo pode ser mais bem capturado - na maneira como lida com seus pobres, seus delinquentes, seus imigrantes e seus detidos, na maneira como administra bairros urbanos sensíveis e zonas de espera na fronteira, estabelecimentos penitenciários e centros de detenção, no uso de práticas ao mesmo tempo opacas e espetaculares, desviantes ou ilegais (FASSIN, 2013, p. 3, tradução nossa)

É importante compreender os modos como ocorre a retirada dos filhos das mulheres em situação de rua - no caso de Adriana justificado pelo uso de crack - acompanhando de perto os caminhos pelos quais essas mulheres percorrem ao se descobrirem grávidas; e todo o histórico de saúde e assistência social que é considerado também. Desse modo, explorar o coração do Estado significa penetrar no funcionamento comum das instituições públicas e também examinar os valores que afetam as políticas e práticas subjacentes (FASSIN, 2013, tradução nossa).

Ainda de acordo com Fassin (2013), a observação das práticas dos agentes do Estado bem como a análise do discurso público e da ação pública, revelam, muitas vezes, lógicas complexas que às vezes são surpreendentemente contraditórias, às vezes simplesmente dissonantes ou diferentes. Algo que pode ser notado com o

desenrolar do caso de Adriana. Na

audiência, realizada na segunda semana de janeiro, a juíza concedeu a guarda de Antônia para a mãe - mesmo que o hospital houvesse sugerido guarda compartilhada com a tia. De todo modo, o “final feliz” daquele momento foi surpreendente para todos os envolvidos, haja vista todos os casos anteriores conhecidos de bebês tutelados a terceiros.

O relato do caso de Adriana é relevante pois permite acompanhar o modo como ocorreu todo o processo a partir do momento que ela deu entrada no hospital para o parto até a audiência, revelando, assim, os caminhos - e manejos empreendidos - que mulheres com trajetória de rua precisam trilhar para conquistar o direito da guarda de seus filhos recém-nascidos.

4 | ALGUNS RESULTADOS E DESAFIOS DA PESQUISA

É importante aprofundar a reflexão sobre as práticas de gestão da maternidade no sentido mobilizar esforços para compreender o funcionamento das grandes estruturas (Estado) junto com o micro (decisão sobre tutela de um recém-nascido). Nesse sentido, é possível lançar mão das tecnologias de governo como categoria analítica que colabora na reflexão proposta. As tecnologias de governo, termo inspirado nas elaborações de Foucault (1979) sobre governamentalidade – formas de controle e gestão de população nas emergentes cidades do século XVII e XVIII na Europa –, se constituem como modos de “intervenção destinadas a guiar, dirigir, orientar, capacitar e regular sujeitos, populações e problemáticas” (FONSECA et al., 2016, p. 10)

Pensando na atuação do Estado que “cuida” das mulheres em situação de rua apenas no pré-natal, momento em que são capturadas pelos serviços de saúde, guiadas, orientadas, reguladas com objetivo de se manter saudáveis enquanto gestam, as tecnologias de governo são como:

formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias), técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios (FONSECA; MACHADO, 2015, p. 13).

O caso de Adriana, brevemente descrito nesse artigo, fornece pistas sobre os atores envolvidos e órgãos acionados no processo de retirada dos filhos, como Vara do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e hospital público, e os modos como atuam nessa questão. Em maio de 2018 foi realizada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul audiência pública intitulada “Retirada de filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade”, na qual compuseram a mesa representantes do Tribunal de Justiça do RS, Defensoria Pública do Estado, Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Secretaria de Saúde do Estado e outros órgãos, além dos deputados Jeferson Fernandes e Manuela D’Ávila. Além de relatos de retirada de filhos, debateu-

se o “Termo de Compromisso e Integração Operacional”, a partir do qual o judiciário é acionado quando mulheres em situação de vulnerabilidade chegam em hospitais públicos para terem seus filhos. Chamo atenção para dois pontos do debate: i) foi unânime a indignação em torno da prática de retirada de filhos; ii) levantou-se a dúvida acerca da categoria “vulnerabilidade”, considerando que mulheres que têm seus filhos em hospitais particulares não acionam o termo de compromisso, ainda que façam uso de tabaco, álcool e outras substâncias.

Diante do exposto, um dos desafios da presente pesquisa é buscar aproximar contato com as instituições e órgãos responsáveis por planejar e difundir normativas e procedimentos como o Termo de Compromisso citado no parágrafo anterior. É objetivo buscar compreender como se dá o processo de produção e gerência de tais regulações em sua origem, visto que casos como os de Adriana nos mostram como a aplicação ocorre na ponta, com os profissionais envolvidos diretamente na prática.

Finalizo o presente artigo - que se constituiu mais como um espaço de reflexão e sistematização do próprio projeto de dissertação - justificando a relevância de desenvolver essa pesquisa a partir de um debate antropológico e feminista interseccional (Crenshaw, 1989) sobre as formas de gestão do Estado com relação às mulheres em situação de rua. Busco compreender quais as moralidades e sentidos envolvidos na decisão de retirar a possibilidade de uma mãe exercer a maternidade. E como questões de gênero, raça/etnia e classe são levadas em conta nesse processo, considerando que mesmo mulheres que não estavam em situação de rua - mas haviam estado em algum momento de suas vidas - tiveram seus filhos capturados pelo Estado. Pensar também no papel que é esperado socialmente da mulher que se torna mãe, a “boa mãe” e em como possivelmente ser pobre vai de encontro a isso. Essas são algumas questões teórico-metodológicas com as quais buscarei refletir no desenvolvimento da dissertação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Brasília, DF. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FASSIN, Didier. Preface to the English Edition: ‘Can states be moral?’, Introduction: ‘Governing precarity’ e Conclusion: Raisons d’Etat. In: **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, 2013.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 10, p. 83-121, maio 1999.

FONSECA, C. et al. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 46, p. 9-34, jul./dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 277-293.

JORNAL BOCA DE RUA, edição nº 59, 2016

SARMENTO, Caroline Silveira. **Diário de campo**. Anotações realizadas no período de 5 de maio de 2015 a 25 de janeiro de 2019. Porto Alegre, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro e mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, 2016. 103 p. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=120>. Acesso em: 30 jun. 2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena .

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-437-5



9 788572 474375